

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	29.564.003
Preferenciais	23.532.768
<b>Total</b>	<b>53.096.771</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Ordinária		0,00027
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Preferencial		0,00030
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	18/04/2016	Ordinária		0,00241
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	18/04/2016	Preferencial		0,00265
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Ordinária		0,00022
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Preferencial		0,00024
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,00070
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial		0,00077
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,00123
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial		0,00136

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	3.945.518	4.235.183
1.01	Ativo Circulante	1.787.053	1.936.980
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	509.723	576.416
1.01.03	Contas a Receber	769.558	638.856
1.01.03.01	Clientes	769.558	638.856
1.01.04	Estoques	1.912	1.738
1.01.06	Tributos a Recuperar	52.076	52.134
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	52.076	52.134
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	453.784	667.836
1.01.08.03	Outros	453.784	667.836
1.01.08.03.01	Derivativos	115.691	143.356
1.01.08.03.02	Ativo financeiro setorial	225.799	399.540
1.01.08.03.20	Outros Créditos	112.294	124.940
1.02	Ativo Não Circulante	2.158.465	2.298.203
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.271.323	1.400.301
1.02.01.03	Contas a Receber	11.829	11.480
1.02.01.03.01	Clientes	11.829	11.480
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.259.494	1.388.821
1.02.01.09.03	Tributos a Compensar	18.915	18.431
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	201.088	197.354
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro da Concessão	824.268	784.893
1.02.01.09.06	Derivativos	211.781	253.392
1.02.01.09.07	Ativo financeiro setorial	0	128.500
1.02.01.09.20	Outros créditos	3.442	6.251
1.02.04	Intangível	887.142	897.902
1.02.04.01	Intangíveis	887.142	897.902
1.02.04.01.02	Intangíveis	887.142	897.902

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	3.945.518	4.235.183
2.01	Passivo Circulante	1.518.277	1.872.766
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.057	12.971
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.057	12.971
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	15.057	12.971
2.01.02	Fornecedores	396.606	645.582
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	396.606	645.582
2.01.03	Obrigações Fiscais	205.089	177.062
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	76.979	45.958
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	42.077	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	5.590	7.263
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	25.746	34.788
2.01.03.01.04	Outros	3.566	3.907
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	128.110	131.104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	495.927	536.468
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	487.432	514.837
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	73.358	66.250
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	414.074	448.587
2.01.04.02	Debêntures	8.495	21.631
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	8.495	21.631
2.01.05	Outras Obrigações	405.598	500.683
2.01.05.02	Outros	405.598	500.683
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	199.323	199.323
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	98.290	183.793
2.01.05.02.06	Entidade de Previdência Privada	72	27
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	107.913	117.540
2.02	Passivo Não Circulante	1.821.189	1.824.748
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.484.002	1.538.741
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.139.797	1.194.583
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	306.854	314.506
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	832.943	880.077
2.02.01.02	Debêntures	344.205	344.158
2.02.02	Outras Obrigações	89.289	42.288
2.02.02.02	Outros	89.289	42.288
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	7.886	10.806
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	25.308	27.441
2.02.02.02.07	Derivativos	2.009	4.041
2.02.02.02.08	Passivo Financeiro Setorial	54.086	0
2.02.03	Tributos Diferidos	36.081	45.602
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.081	45.602
2.02.04	Provisões	211.817	198.117
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	211.817	198.117
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	139.691	129.921
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.180	28.829
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	39.044	37.295
2.02.04.01.20	Outros	1.902	2.072

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.03	Patrimônio Líquido	606.052	537.669
2.03.01	Capital Social Realizado	178.574	178.574
2.03.02	Reservas de Capital	111.255	111.255
2.03.04	Reservas de Lucros	265.098	252.154
2.03.04.01	Reserva Legal	6.220	6.220
2.03.04.02	Reserva Estatutária	190.554	177.610
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	68.324	68.324
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	55.439	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.314	-4.314

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	783.226	997.858
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-604.137	-828.128
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-521.982	-734.310
3.02.02	Custo de Operação	-52.457	-47.710
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-29.698	-46.108
3.03	Resultado Bruto	179.089	169.730
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-68.804	-52.599
3.04.01	Despesas com Vendas	-32.262	-24.383
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.504	-25.479
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.038	-2.737
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	110.285	117.131
3.06	Resultado Financeiro	-110	-39.304
3.06.01	Receitas Financeiras	63.136	40.563
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.246	-79.867
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	110.175	77.827
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.792	-29.282
3.08.01	Corrente	-52.280	-20.136
3.08.02	Diferido	10.488	-9.146
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.383	48.545
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	68.383	48.545
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00123	0,00088
3.99.01.02	PN	0,00136	0,00096

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	68.383	48.545
4.03	Resultado Abrangente do Período	68.383	48.545



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.112	-83.211
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	187.225	154.815
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes da CSLL e IRPJ	110.175	77.827
6.01.01.02	Amortização	22.872	22.956
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	15.033	3.226
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	21.362	38.234
6.01.01.05	Despesa com Plano de Pensão	664	2.672
6.01.01.06	Perda na Baixa de Ativo não Circulante	2.041	2.742
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	968	1.620
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.110	5.538
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-181.113	-238.026
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-145.122	-199.980
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-427	-3.078
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	27	-231
6.01.02.04	Contas a Receber Eletrobrás - Aporte CDE	-1.739	-4.276
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	326.385	-54.002
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	1.655	-9.084
6.01.02.09	Fornecedores	-248.976	-19.964
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-7.927	-17.792
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-16.325	28.085
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-3.539	-7.919
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-40.612	-29.730
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-85.503	84.993
6.01.02.15	Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-6.035	-14.589
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	41.009	0
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	6.016	9.541
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.630	-34.397
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	0	-747
6.02.03	Adições de Intangível	-33.383	-41.118
6.02.04	Venda de ativo não circulante	753	7.468
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.175	267.357
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	7.586	466.728
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-12.101	-203.495
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	-35.660	4.124
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-66.693	149.749
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	576.416	312.352
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	509.723	462.101

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	178.574	111.255	252.154	0	-4.313	537.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.574	111.255	252.154	0	-4.313	537.670
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.383	0	68.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.383	0	68.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.944	-12.944	0	0
5.06.08	Movimentação de reserva estatutaria no periodo	0	0	12.944	-12.944	0	0
5.07	Saldos Finais	178.574	111.255	265.098	55.439	-4.313	606.053

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.545	0	48.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.545	0	48.545
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.772	-6.772	0	0
5.06.08	Constituição de Reserva Estatutária no Período	0	0	6.772	-6.772	0	0
5.07	Saldos Finais	156.610	117.708	248.717	41.773	-36.577	528.231

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
7.01	Receitas	1.553.377	1.543.045
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.537.911	1.502.611
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	29.576	45.972
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.110	-5.538
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-663.303	-906.911
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-583.002	-818.790
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-80.301	-88.121
7.03	Valor Adicionado Bruto	890.074	636.134
7.04	Retenções	-22.907	-22.963
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.907	-22.963
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	867.167	613.171
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	66.674	40.563
7.06.02	Receitas Financeiras	66.674	40.563
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	933.841	653.734
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	933.841	653.734
7.08.01	Pessoal	33.070	31.289
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.487	19.152
7.08.01.02	Benefícios	10.656	10.367
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.927	1.770
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	768.385	493.507
7.08.02.01	Federais	440.574	244.608
7.08.02.02	Estaduais	327.268	248.304
7.08.02.03	Municipais	543	595
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.003	80.393
7.08.03.01	Juros	62.983	79.514
7.08.03.02	Aluguéis	1.020	879
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	68.383	48.545
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	68.383	48.545

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		Variação
	2016	2015	
<b>Receita operacional</b>	<b>1.567.486</b>	<b>1.548.582</b>	<b>1,2%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.584.943	1.199.172	32,2%
Suprimento de energia elétrica	40.007	665	5919,7%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	29.576	45.972	-35,7%
Outras receitas operacionais	151.707	139.773	8,5%
Ativo e passivo financeiro setorial	(238.747)	163.001	-246,5%
Deduções da receita operacional	(784.260)	(550.724)	42,4%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>783.226</b>	<b>997.858</b>	<b>-21,5%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(521.982)</b>	<b>(734.310)</b>	<b>-28,9%</b>
Energia comprada para revenda	(443.470)	(646.031)	-31,4%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(78.511)	(88.278)	-11,1%
<b>Despesa operacional</b>	<b>(150.960)</b>	<b>(146.417)</b>	<b>3,1%</b>
Pessoal	(34.906)	(32.335)	8,0%
Entidade de previdência privada	(664)	(2.672)	-75,1%
Material	(3.812)	(3.190)	19,5%
Serviço de terceiros	(27.237)	(23.140)	17,7%
Amortização	(22.872)	(22.956)	-0,4%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(29.576)	(45.972)	-35,7%
Outros	(31.893)	(16.153)	97,4%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>110.284</b>	<b>117.132</b>	<b>-5,8%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(110)</b>	<b>(39.305)</b>	<b>-99,7%</b>
Receitas financeiras	63.136	40.563	55,7%
Despesas financeiras	(63.246)	(79.867)	-20,8%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>110.175</b>	<b>77.827</b>	<b>41,6%</b>
Contribuição social	(10.576)	(7.830)	35,1%
Imposto de renda	(31.216)	(21.452)	45,5%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>68.383</b>	<b>48.545</b>	<b>40,9%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>133.156</b>	<b>140.087</b>	<b>-4,9%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2016 foi de R\$ 1.567.486, representando um aumento de 1,2% (R\$ 18.904) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a Receita Operacional Bruta seria de R\$ 1.537.910, apresentando um aumento de 2,3% (R\$ 35.300) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de Energia Elétrica:** Aumento de 32,2% (R\$ 385.771) principalmente pelo aumento de 38,3% na tarifa média, decorrente dos efeitos: (i) Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE") de 29,78% a partir de março de 2015, e (ii) Reajuste Tarifário de 21,11% a partir de outubro de 2015. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 4,9% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de Energia Elétrica:** Aumento de R\$ 39.342 basicamente pelo aumento no volume de energia elétrica comercializada na CCEE;

## Comentário do Desempenho

- iii. **Outras Receitas Operacionais:** Aumento de 8,5% (R\$ 11.934) decorrente basicamente dos aumentos na: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 4.009) em virtude dos reajustes tarifários aplicados, (ii) subvenção baixa renda e descontos tarifários com recursos do CDE: 18,3% (R\$ 3.962), (iii) arrendamentos e aluguéis de postes: (R\$ 1.037), (iv) ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos (R\$ 2.270 no 1º trimestre de 2015) que a partir de dezembro de 2015 passou a ser registrado como ativo e passivo financeiro setorial.
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** Despesa de R\$ 238.747 neste trimestre e receita de R\$ 163.001 no mesmo período do anterior, totalizando uma variação de 246,5% (R\$ 401.748), em função principalmente: (i) constituição de passivo financeiro setorial no 1º trimestre de 2016 em função de redução no custo de energia, CDE e ESS, e (ii) aumento na amortização dos ativos homologados.

### ➤ Quantidade de Energia Vendida

A quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias foi menor em 7,3%, quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

A classe residencial, que representa 44,5% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos, apresentou uma queda de 7,1% no 1º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete o desempenho da massa de renda, que no acumulado 12 meses (fev/16) registrou queda de 7,0%, associado aos possíveis efeitos da redução do consumo pelos clientes em função dos aumentos tarifários percebidos pelos clientes a partir do segundo trimestre de 2015.

A classe industrial, que representa 19,7% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos apresentou queda de 13,6% no 1º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho, também observado na área de concessão cuja queda foi de 16,1% é consequência direta do fraco desempenho da atividade industrial do Estado de São Paulo que, no acumulado de 12 meses (fev/16), registrou queda de 12,0%.

A classe comercial, que representa 24,3% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos apresentou uma queda de 4,5% no 1º trimestre de 2016 em relação período do ano anterior. Este resultado, também observado na área de concessão cuja queda foi de 4,1%, reflete o comportamento dos principais indicadores, sejam eles, a massa de renda, que no acumulado 12 meses (fev/16) registra queda de 7,0%, vendas do comércio, confiança do consumidor e dos possíveis efeitos da redução do consumo pelos clientes em função dos aumentos tarifários que ocorreram a partir do segundo trimestre de 2015.

As outras classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias), que representam 11,5% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos, apresentaram queda de 1,3% no 1º trimestre de 2016 em relação ao 1º trimestre de 2015. Na área de concessão, a queda é de 1,5%. Este desempenho deve-se ao efeito da baixa pluviometria no mesmo período do ano anterior, ensejando maior irrigação na atividade rural e aos efeitos da Portaria Interministerial 23, a qual estipula metas de racionalização do uso de energia elétrica e água.

Em relação à quantidade de energia faturada e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, houve uma redução de 10,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe é uma redução de 7,1% na classe residencial, 16,1% na classe industrial, 4,1% na classe comercial, 6,1% na classe rural e 1,0% nas demais classes.

## Comentário do Desempenho

### Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2016 foram de R\$ 784.260, apresentando um aumento de 42,4% (R\$ 233.536) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função: (i) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE de R\$ 108.123, (ii) ICMS refletindo o aumento no fornecimento faturado e, PIS e COFINS refletindo o aumento na base de cálculo de R\$ 86.951, (iii) Bandeiras tarifárias de R\$ 42.223, compensado parcialmente pela redução em (iv) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética de R\$ 1.982.

### Custo com Energia Elétrica

No 1º trimestre de 2016 o Custo com Energia Elétrica foi de R\$ 521.982, apresentando uma redução de 28,9% (R\$ 212.328), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- **Energia Comprada para Revenda**

O custo com energia elétrica comprada foi de R\$ 443.470 apresentando uma redução de 31,4% (R\$ 202.561) em função da redução de 33,0% no preço médio basicamente efeito do preço de liquidação de diferenças ("PLD") no preço de compras de Itaipu.

- **Encargos do Uso do Sistema de Distribuição**

Os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição foram de R\$ 78.511, apresentando redução de 11,1% (R\$ 9.767) impactado principalmente: (i) R\$ 6.687 encargos de rede básica, e (ii) R\$ 4.025 encargos de serviço do sistema e encargos de energia de reserva.

### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 150.960 no 1º trimestre de 2016, apresentando um aumento de 3,1% (R\$ 4.543) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 121.384, aumento de 20,8% (R\$ 20.939).

➤ **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 98.512 neste trimestre, um aumento de 27,1% (R\$ 21.022) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Pessoal:** Aumento de 8,0% (R\$ 2.571), principalmente efeitos do acordo coletivo de trabalho;
- Material:** Aumento de 19,5% (R\$ 622), principalmente manutenção da frota R\$ 536;
- Serviços de terceiros:** Aumento de 17,7% (R\$ 4.097), principalmente: (i) R\$ 1.835 manutenção de máquinas e equipamentos e linhas de rede, (ii) R\$ 1.266 alocação inter-empresas, e (iii) R\$ 735 recuperação de inadimplência, entrega de contas e cobrança de fatura;

## Comentário do Desempenho

- iv. **Outras Despesas Operacionais:** Aumento de 97,4% (R\$ 15.740) principalmente: (i) R\$ 8.572 na provisão para créditos de devedores duvidosos, e (ii) R\$ 6.439 em despesas legais e judiciais.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 110, com redução de 99,7% (R\$ 39.195) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receita Financeira:** aumento de 55,7% (R\$ 22.573) devido principalmente: (i) R\$ 10.033 de ajuste de expectativa de fluxo de caixa; (ii) R\$ 5.454 acréscimos e multas moratórias; (iii) R\$ 5.035 atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais; (iv) R\$ 2.870 parcelamento de débitos; (v) R\$ 2.193 rendimento de aplicações financeiras; compensado parcialmente por (vi) R\$ 3.537 de PIS e COFINS sobre a receita financeira a partir de julho de 2015.
- **Despesa Financeira:** aumento de 20,8% (R\$ 16.622), devido principalmente a variação cambial de Itaipu R\$ 16.709.

### Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 41.792, apresentando um aumento de 42,7% (R\$ 12.510) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

### Resultado Líquido e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 68.383, apresentando um aumento de 40,9% (R\$ 19.838) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (Resultado líquido do trimestre, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 133.156, apresentando uma redução de 4,9% (R\$ 6.931) em relação ao mesmo período do ano anterior.



**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015**  
 (Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	509.723	576.416
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	769.558	638.856
Tributos a compensar	7	52.076	52.134
Derivativos	29	115.691	143.356
Ativo financeiro setorial	8	225.799	399.540
Estoques		1.912	1.738
Outros créditos	11	112.293	124.941
<b>Total do circulante</b>		<b>1.787.053</b>	<b>1.936.980</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	11.829	11.480
Depósitos judiciais	19	201.088	197.354
Tributos a compensar	7	18.915	18.431
Derivativos	29	211.781	253.392
Ativo financeiro setorial	8	-	128.500
Ativo financeiro da concessão	10	824.268	784.893
Outros créditos	11	3.441	6.251
Intangível	12	887.142	897.902
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.158.465</b>	<b>2.298.203</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.945.518</b>	<b>4.235.183</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015**  
 (Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	396.606	645.582
Encargos de dívidas	14	6.689	10.283
Encargos de debêntures	15	8.495	21.631
Empréstimos e financiamentos	14	480.743	504.554
Entidade de previdência privada	16	72	27
Taxas regulamentares	17	98.290	183.793
Impostos, taxas e contribuições	18	205.089	177.062
Dividendo e juros sobre capital próprio		199.323	199.323
Obrigações estimadas com pessoal		15.057	12.971
Outras contas a pagar	20	107.913	117.539
<b>Total do circulante</b>		<b>1.518.276</b>	<b>1.872.766</b>
<b>Não circulante</b>			
Encargos de dívidas	14	16.344	14.353
Empréstimos e financiamentos	14	1.123.452	1.180.231
Debêntures	15	344.205	344.158
Entidade de previdência privada	16	7.886	10.806
Débitos fiscais diferidos	9	36.081	45.602
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	211.817	198.117
Derivativos	29	2.009	4.041
Passivo financeiro setorial	8	54.086	-
Outras contas a pagar	20	25.308	27.440
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.821.189</b>	<b>1.824.747</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	21	178.574	178.574
Reservas de capital		111.255	111.255
Reserva legal		6.220	6.220
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		190.554	177.610
Dividendo		68.324	68.324
Resultado abrangente acumulado		(4.314)	(4.314)
Lucros acumulados		55.439	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>606.053</b>	<b>537.670</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.945.518</b>	<b>4.235.183</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015**  
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1° Trimestre 2016	1° Trimestre 2015
<b>Receita operacional líquida</b>	23	<b>783.226</b>	<b>997.858</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Custo com energia elétrica	24	(521.982)	(734.310)
Custo de operação	25	(52.457)	(47.710)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(29.699)	(46.108)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>179.089</b>	<b>169.731</b>
<b>Despesas operacionais</b>	25		
Despesas com vendas		(32.262)	(24.383)
Despesas gerais e administrativas		(34.504)	(25.479)
Outras despesas operacionais		(2.039)	(2.736)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>110.284</b>	<b>117.132</b>
<b>Resultado financeiro</b>	26		
Receitas financeiras		63.136	40.563
Despesas financeiras		(63.246)	(79.867)
		<b>(110)</b>	<b>(39.305)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>110.175</b>	<b>77.827</b>
Contribuição social	9	(10.576)	(7.830)
Imposto de renda	9	(31.216)	(21.452)
		<b>(41.792)</b>	<b>(29.282)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>68.383</b>	<b>48.545</b>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	1,23	0,88
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	1,36	0,96

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015**  
 (Em milhares de reais)

	1° Trimestre 2016	1° Trimestre 2015
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>68.383</b>	<b>48.545</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>68.383</b>	<b>48.545</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2016**  
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	178.574	111.255	6.220	177.610	68.324	(4.314)	-	537.670
<b>Resultado abrangente total</b>								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	68.383	68.383
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>								
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	12.944	-	-	(12.944)	-
Saldos em 31 de março de 2016	<b>178.574</b>	<b>111.255</b>	<b>6.220</b>	<b>190.554</b>	<b>68.324</b>	<b>(4.314)</b>	<b>55.439</b>	<b>606.053</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
Demonstração da mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2015  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	156.610	117.708	6.220	87.207	148.518	(36.577)	-	479.686
<b>Resultado abrangente total</b>								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	48.545	48.545
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>								
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	6.772	-	-	(6.772)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2015</b>	<b>156.610</b>	<b>117.708</b>	<b>6.220</b>	<b>93.979</b>	<b>148.518</b>	<b>(36.577)</b>	<b>41.773</b>	<b>528.230</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015**  
 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>110.175</b>	<b>77.827</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	22.872	22.956
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.033	3.226
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.110	5.538
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	21.362	38.234
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	664	2.672
Perda (ganho) na baixa de não circulante	2.041	2.742
PIS e COFINS diferidos	968	1.620
	<u>187.225</u>	<u>154.815</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(145.122)	(199.980)
Tributos a compensar	(427)	(3.078)
Depósitos judiciais	27	(231)
Ativo financeiro setorial	326.385	(54.002)
Contas a receber - aporte CDE	(1.739)	(4.276)
Outros ativos operacionais	1.655	(9.084)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(248.976)	(19.964)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(3.539)	(7.919)
Passivo financeiro setorial	41.009	-
Outros tributos e contribuições sociais	(16.325)	28.085
Taxas regulamentares	(85.503)	84.993
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(6.035)	(14.589)
Outros passivos operacionais	6.016	9.541
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>54.651</b>	<b>(35.689)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.927)	(17.792)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(40.612)	(29.730)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>6.112</b>	<b>(83.211)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	(747)
Venda de ativo não circulante	753	7.468
Adições de intangível	(33.383)	(41.118)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(32.630)</b>	<b>(34.397)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	7.586	466.728
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(12.101)	(203.495)
Liquidação de operações com derivativos	(35.660)	4.124
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(40.175)</b>	<b>267.357</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(66.693)</b>	<b>149.749</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>576.416</b>	<b>312.352</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>509.723</b>	<b>462.101</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015**  
 (Em milhares de reais)

	<b>1º trimestre de 2016</b>	<b>1º trimestre de 2015</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>1.553.377</b>	<b>1.543.045</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.537.911	1.502.611
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	29.576	45.972
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.110)	(5.538)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(663.303)</b>	<b>(906.911)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(583.002)	(818.790)
2.2 Material	(20.483)	(26.700)
2.3 Serviços de terceiros	(36.140)	(42.789)
2.4 Outros	(23.678)	(18.631)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>890.074</b>	<b>636.134</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(22.907)</b>	<b>(22.963)</b>
4.1 Amortização	(22.907)	(22.963)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>867.167</b>	<b>613.171</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>66.674</b>	<b>40.563</b>
6.1 Receitas financeiras	66.674	40.563
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>933.841</b>	<b>653.733</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>33.070</b>	<b>31.289</b>
8.1.1 Remuneração direta	20.487	19.152
8.1.2 Benefícios	10.656	10.367
8.1.3 F.G.T.S	1.927	1.770
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>768.385</b>	<b>493.507</b>
8.2.1 Federais	440.574	244.608
8.2.2 Estaduais	327.268	248.304
8.2.3 Municipais	543	595
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>64.003</b>	<b>80.393</b>
8.3.1 Juros	62.982	79.514
8.3.2 Aluguéis	1.020	879
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>68.383</b>	<b>48.545</b>
8.4.1 Lucros retidos	68.383	48.545
	<b>933.841</b>	<b>653.733</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

### COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### ( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,7 milhão de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

#### ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

##### 2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto pela alteração de prática relacionada ao Intangível (nota 3) e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 29 de abril de 2016.

##### 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao

## Notas Explicativas

valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) estão apresentadas na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



## Notas Explicativas

Em relação às políticas contábeis para o ativo intangível da concessão, descritas na nota explicativa 3.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações dos CPC 27 e CPC 04 (R1), a Companhia passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões.

### ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

#### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F BOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos bancários	4.793	17.600
Aplicações financeiras	<u>504.929</u>	<u>558.816</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	3.828	4.760
Certificado de depósito bancário (b)	403.221	209.410
Fundos de investimento (c)	97.880	344.646
<b>Total</b>	<u><u>509.723</u></u>	<u><u>576.416</u></u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

**Notas Explicativas**

b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média a 101,4% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média a 100,7% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

**( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	146.582	123.469	19.542	289.593	212.164
Industrial	44.556	18.074	12.225	74.855	73.743
Comercial	59.532	22.365	5.602	87.499	61.865
Rural	2.137	882	105	3.124	3.041
Poder público	13.045	3.178	71	16.295	15.494
Iluminação pública	11.063	1.101	11	12.175	15.268
Serviço público	13.150	407	8	13.565	13.914
<b>Faturado</b>	<b>290.065</b>	<b>169.477</b>	<b>37.565</b>	<b>497.106</b>	<b>395.489</b>
Não faturado	248.297	-	-	248.297	231.865
Parcelamento de débito de consumidores	24.940	7.588	6.761	39.290	36.731
Operações realizadas na CCEE	26.189	-	-	26.189	12.180
Concessionárias e permissionárias	2.856	-	-	2.856	2.282
	<b>592.347</b>	<b>177.065</b>	<b>44.326</b>	<b>813.737</b>	<b>678.546</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(44.179)	(39.690)
<b>Total</b>				<b>769.558</b>	<b>638.856</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	6.040	-	-	6.040	6.008
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	<b>14.248</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.248</b>	<b>14.216</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(2.419)	(2.736)
<b>Total</b>				<b>11.829</b>	<b>11.480</b>

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(42.426)</b>	<b>(2.523)</b>	<b>(44.949)</b>
Provisão revertida (constituída)	(19.292)	(40)	(19.332)
Recuperação de receita	5.222	-	5.222
Baixa de contas a receber provisionadas	9.898	-	9.898
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>(46.598)</b>	<b>(2.563)</b>	<b>(49.161)</b>
Circulante	(44.179)	(2.563)	(46.742)
Não circulante	(2.419)	-	(2.419)

## Notas Explicativas

### ( 7 ) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	7.348
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	14.201
Imposto de renda e contribuição social a compensar	24.216	5.519
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.311	4.493
ICMS a compensar	13.286	13.073
Programa de integração social - PIS	696	560
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.164	2.536
Instituto nacional de seguridade social - INSS	4.325	4.325
Outros	79	78
<b>Total</b>	<b>52.076</b>	<b>52.134</b>
<b>Não circulante</b>		
ICMS a compensar	18.915	18.431
<b>Total</b>	<b>18.915</b>	<b>18.431</b>

### ( 8 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2015	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Saldo em 31/03/2016
		Constituição	Realização	Atualização monetária		
<b>Parcela "A"</b>						
CVA (*)						
CDE (**)	149.815	(70.197)	(36.203)	4.247	-	47.662
Custos energia elétrica	73.930	(76.521)	(54.731)	(1.792)	(86.997)	(146.112)
ESS e EER (***)	(76.948)	9.564	22.356	(2.975)	(41.651)	(89.653)
Proinfra	(4.926)	7.385	1.364	(123)	-	3.699
Rede básica	11.762	1.876	(4.648)	260	-	9.249
Repasse de Itaipu	265.226	11.988	(31.201)	7.406	-	253.419
Transporte de Itaipu	3.142	262	(749)	103	-	2.758
Neutralidade dos encargos setoriais	15.958	19.215	(1.640)	790	-	34.323
Sobrecontratação	103.237	(17.921)	(9.775)	2.815	-	78.356
Outros componentes financeiros	(13.154)	(23.652)	14.482	336	-	(21.989)
<b>Total</b>	<b>528.040</b>	<b>(138.002)</b>	<b>(100.745)</b>	<b>11.067</b>	<b>(128.647)</b>	<b>171.713</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>399.540</b>					<b>225.799</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>128.500</b>					<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>					<b>(54.086)</b>

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

### ( 9 ) CRÉDITOS (DÉBITOS) FISCAIS DIFERIDOS

#### 9.1 - Composição dos créditos (débitos) fiscais:

**Notas Explicativas**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Bases negativas	12.906	18.636
Benefício fiscal do ágio incorporado	13.027	13.286
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(35.919)</u>	<u>(44.700)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>(9.985)</b>	<b>(12.778)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Prejuízos fiscais	35.804	51.709
Benefício fiscal do ágio incorporado	44.708	45.597
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(100.182)</u>	<u>(124.670)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>(19.669)</b>	<b>(27.364)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u></b>		
Diferenças temporariamente indedutíveis	(6.427)	(5.459)
<b>Total</b>	<b><u>(36.081)</u></b>	<b><u>(45.602)</u></b>

**9.2 – Benefício fiscal do ágio incorporado:**

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2016, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,86% (4,03% no primeiro trimestre de 2015).

**9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:**

	<u>31/03/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis</b>						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.184	19.956	-	6.183	17.176	-
Entidade de previdência privada	1.693	4.704	-	1.867	5.185	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.425	12.290	-	4.045	11.237	-
Provisão energia livre	1.543	4.286	-	1.494	4.151	-
Programas de P&D e eficiência energética	3.241	9.004	-	2.965	8.236	-
Provisão relacionada a pessoal	577	1.604	-	404	1.123	-
Derivativos	(31.339)	(87.054)	-	(38.892)	(108.033)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.380)	(3.833)	-	(1.407)	(3.909)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(25.985)	(72.180)	(6.427)	(24.220)	(67.277)	(5.459)
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.836	-	3.541	9.835	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(1.542)	(4.284)	-	(1.613)	(4.481)	-
Outros	1.535	3.856	-	345	452	-
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado</b>						
Perdas atuariais (CPC)	588	1.634	-	587	1.634	-
<b>Total</b>	<b><u>(35.919)</u></b>	<b><u>(100.182)</u></b>	<b><u>(6.427)</u></b>	<b><u>(44.700)</u></b>	<b><u>(124.670)</u></b>	<b><u>(5.459)</u></b>

**9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015:**

## Notas Explicativas

	1º Trimestre 2016		1º Trimestre 2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>110.175</b>	<b>110.175</b>	<b>77.827</b>	<b>77.827</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT	-	-	(86)	(86)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.365	7.365	8.358	8.358
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(33)	7.324	904	(291)
<b>Base de cálculo</b>	<b>117.507</b>	<b>124.864</b>	<b>87.003</b>	<b>85.808</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Total</b>	<b>(10.575)</b>	<b>(31.216)</b>	<b>(7.830)</b>	<b>(21.452)</b>
Corrente	(13.368)	(38.911)	(5.388)	(14.748)
Diferido	2.793	7.695	(2.442)	(6.704)

(\*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

### ( 10 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>784.893</b>
Adições	19.309
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	20.807
Baixas	(741)
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>824.268</b>

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do período.

### ( 11 ) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Adiantamentos - Fundação CESP	1.674	2.142	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	3.001	-	3.440	6.243
Ordens em curso	46.466	53.561	-	-
Serviços prestados a terceiros	977	908	-	-
Convênios de arrecadação	-	14.167	-	-
Despesas antecipadas	13.465	11.706	-	-
Contas a receber Aporte CDE	27.799	26.060	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.022	2.372	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.563)	(2.523)	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	3.391	4.562	-	-
Faturas diversas	7.845	6.857	-	-
Outros	5.215	5.129	-	8
<b>Total</b>	<b>112.293</b>	<b>124.941</b>	<b>3.441</b>	<b>6.251</b>

**Contas a receber – Aporte CDE** – Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 3.401 (R\$ 2.184 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 24.398 (R\$ 23.876 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23).

Em 29 de maio de 2015, a Companhia obteve liminar que autorizou o não recolhimento dos valores devidos de quotas de CDE, até o limite dos saldos a receber da Eletrobrás referente ao

**Notas Explicativas**

aporte de CDE.

Em 8 de março de 2016, a Companhia recebeu da Eletrobrás o recibo de quitação das quotas da CDE mediante compensação do contas a receber da Eletrobrás, referente ao aporte de CDE (nota 11), no montante de R\$ 120.626 (R\$ 23.575 referente ao 1º trimestre de 2016). Como consequência, a Companhia efetuou o encontro de contas entre o contas a receber-Aporte de CDE e do contas a pagar de CDE.

**( 12 ) INTANGÍVEL**

	<b>Direito de concessão</b>		<b>Total</b>
	<b>Infraestrutura de distribuição - em serviço</b>	<b>Infraestrutura de distribuição - em curso</b>	
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>811.848</b>	<b>86.054</b>	<b>897.902</b>
Custo histórico	1.919.997	86.054	2.006.051
Amortização acumulada	(1.108.149)	-	(1.108.149)
Adições	-	33.636	33.636
Amortização	(22.872)	-	(22.872)
Transferência - intangíveis	21.177	(21.177)	-
Transferência - ativo financeiro	(2.125)	(17.184)	(19.309)
Baixa e transferência - outros ativos	(2.215)	-	(2.215)
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>805.813</b>	<b>81.329</b>	<b>887.142</b>
Custo histórico	1.931.547	81.329	2.012.876
Amortização acumulada	(1.125.734)	-	(1.125.734)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No primeiro trimestre de 2016 foram capitalizados R\$ 253 (R\$ 697 no primeiro trimestre de 2015) a uma taxa média de 8,09% a.a. (7,5% a.a. em 31 de março de 2015).

**( 13 ) FORNECEDORES**

	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Encargos de serviço do sistema	35.623	45.713
Suprimento de energia elétrica	277.068	496.521
Encargos de uso da rede elétrica	21.858	22.248
Materiais e serviços	30.077	50.128
Energia livre	31.980	30.972
<b>Total</b>	<b>396.606</b>	<b>645.582</b>

## Notas Explicativas

**( 14 ) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2016			31/12/2015		
				Encargos - circulante e não circulante	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
					Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda nacional</b>									
<b>BNDES</b>									
FINEM IV	TJLP + 2,12% a 3,3% (a)	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	124	18.169	15.141	140	18.105	19.614
FINEM IV	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	45	3.918	15.018	48	3.918	15.997
FINEM IV	Pré fixado 8,0% (c)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	5	561	1.029	6	561	1.169
FINEM V	TJLP + 2,06% a 3,08% (d)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	198	14.404	39.609	210	14.353	43.058
FINEM V	Pré fixado 2,5% (e)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	50	6.865	38.903	52	6.865	40.619
FINEM V	Pré fixado 2,5% (f)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	3	395	2.238	3	395	2.337
FINEM VI	TJLP + 2,12% a 2,66% (g)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	268	12.351	61.755	248	8.600	60.206
FINEM VI	Pré fixado 6,0% (h)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	79	3.879	27.156	78	2.849	27.536
FINEM VI	SELIC + 2,62% a 2,66% (i)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	49	7.171	35.854	45	4.945	34.615
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	29	4.000	11.000	31	4.000	12.000
<b>Instituições financeiras</b>									
Banco do Brasil-capital de giro	104,9% do CDI (k)	2 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	16.345	-	44.000	14.353	-	44.000
<b>Outros</b>									
ELETRORÁS	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	-	50	-	-	88	-
Outros				790	-	263	764	-	257
<b>Total moeda nacional - mensuradas ao custo</b>				<b>17.985</b>	<b>71.763</b>	<b>291.966</b>	<b>15.978</b>	<b>64.679</b>	<b>301.408</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>									
<b>Moeda estrangeira</b>									
<b>Instituições financeiras</b>									
Scotiabank	US\$ + 3,3125% (2)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	826	113.583	-	1.932	122.805	-
Santander	US\$ + 2,58% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.009	161.847	-	2.282	174.985	-
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (5)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	269	-	180.580	262	-	195.240
Sumitomo	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (6) (l)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória	752	-	180.580	698	-	195.240
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (7)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	797	-	224.939	1.822	-	234.652
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (8)	02 Parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	788	-	225.724	728	-	244.050
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (9)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	169	45.145	-	154	48.810	-
Scotiabank	US\$ + 2,08% (10)	Parcela única em agosto de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	189	-	59.591	551	-	64.429
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (11)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	248	90.290	-	229	97.620	-
<b>Marcação a mercado</b>				-	(1.839)	(38.050)	-	(4.291)	(53.061)
<b>Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo</b>				<b>5.047</b>	<b>409.026</b>	<b>833.364</b>	<b>8.658</b>	<b>439.929</b>	<b>880.550</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>				-	(46)	(1.878)	-	(53)	(1.726)
<b>Total</b>				<b>23.033</b>	<b>480.743</b>	<b>1.123.452</b>	<b>24.636</b>	<b>504.554</b>	<b>1.180.231</b>

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 103,5% do CDI a.a. (2) 104,9% do CDI a.a. (3) 105,8% do CDI a.a. (4) 102,25% do CDI a.a. (5) 109,5% do CDI a.a. (6) 105,7% e 105,9% do CDI a.a. (7) 103,6% do CDI a.a. (8) 108,6% do CDI a.a. (9) 102,9% do CDI a.a.

(10) 103,5% do CDI a.a. (11) 102,5% do CDI a.a.

(a) taxa efetiva 60,7% a 68,82% do CDI  
(b) taxa efetiva 45,68% do CDI  
(c) taxa efetiva 65,91% do CDI  
(d) taxa efetiva 88,55% a 100,53% do CDI  
(e) taxa efetiva 30,35% do CDI  
(f) taxa efetiva 30,65% do CDI  
(g) taxa efetiva 68,69% a 72,65% do CDI  
(h) taxa efetiva 48,39% do CDI  
(i) taxa efetiva 122,33% do CDI  
(j) taxa efetiva 106,75% do CDI  
(k) taxa efetiva 109,47% do CDI  
(l) taxa efetiva 107,3% do CDI

(\*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado) e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas,

## Notas Explicativas

de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de março de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.247.437 (R\$ 1.329.137 em 31 de dezembro de 2015).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de março de 2016 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 39.889 (ganho de R\$ 57.353 em 31 de dezembro de 2015), reduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 20.880 (perda de R\$ 35.740 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido de R\$ 19.008 (ganho total líquido de R\$ 21.613 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/04/2017	124.085
2018	492.906
2019	346.341
2020	147.310
2021	30.857
2022 a 2024	20.004
<b>Subtotal</b>	<b>1.161.502</b>
Marcação a mercado	(38.050)
<b>Total</b>	<b>1.123.452</b>

### Adições no período:

#### Moeda nacional:

**FINEM VI** – A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 194.862, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No primeiro trimestre de 2016 houve liberações de R\$ 7.866 (R\$ 7.586 líquidos dos gastos com captação) e o saldo remanescente de R\$ 51.736 foi cancelado.

### Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e sua controladora CPFL Energia mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

**BNDES** - Os financiamentos junto ao BNDES restringe a Companhia: (i) a somente realizar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros pela Companhia em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

- Dívida onerosa líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida onerosa líquida dividida pela soma da dívida onerosa líquida e o patrimônio líquido - valor máximo 0,90.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia



## Notas Explicativas

todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração em 31 de dezembro de 2015.

### ( 15 ) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2016			31/12/2015		
						Encargos	Não circulante	Total	Encargos	Não circulante	Total
<b>6ª Emissão</b>											
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	3.733	110.000	113.733	7.882	110.000	117.882
<b>7ª Emissão</b>											
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	4.762	235.000	239.762	13.749	235.000	248.749
Gastos com emissão (*)						-	(795)	(795)	-	(842)	(842)
<b>Total</b>						<b>8.495</b>	<b>344.205</b>	<b>352.700</b>	<b>21.631</b>	<b>344.158</b>	<b>365.789</b>

(1) A Companhia possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 107,88% do CDI. Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:

(\*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

#### Ano de vencimento

A partir de 01/04/2017	32.860
2018	91.374
2019	102.596
2020	58.642
2021	58.732
<b>Total</b>	<b>344.205</b>

### Condições restritivas

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração em 31 de dezembro de 2015.

### ( 16 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados com as seguintes características:

#### 16.1 – Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

## Notas Explicativas

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

### 16.2 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2015</b>	<b>10.308</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	664
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(3.580)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/03/2016</b>	<b>7.393</b>
Outras contribuições	566
<b>Total</b>	<b>7.958</b>
Circulante	72
Não circulante	7.886

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<b>1º Trimestre 2016</b>	<b>1º Trimestre 2015</b>
Custo do serviço	627	970
Juros sobre obrigações atuariais	29.260	27.333
Rendimento esperado dos ativos do plano	(29.223)	(25.631)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>664</b>	<b>2.672</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial foram aquelas consideradas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 2014, conforme segue:

**Notas Explicativas**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,79% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012**	ExpR_2012*
	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:		

\* Experiência FUNCESP.

\*\* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

**( 17 ) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	320	320
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23)	80.873	115.319
Bandeiras tarifárias e outros	17.098	68.154
<b>Total</b>	<b><u>98.290</u></b>	<b><u>183.793</u></b>

**Conta de desenvolvimento energético – CDE** – Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2016 no montante de R\$ 50.828 (R\$ 85.875 em 31 de dezembro de 2015), (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 10.549 (R\$ 9.948 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 19.496 (R\$ 19.496 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia efetuou a compensação do montante a pagar de CDE e o contas a receber – aporte de CDE (nota 11) a partir de setembro de 2015, tendo em vista que os Recibos de Quitação da Eletrobrás no montante de R\$ 120.626 (R\$ 23.575 referente ao 1º trimestre de 2016) foram emitidos a partir de 25 de setembro de 2015.

**Bandeiras tarifárias e outros** – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária (“CCRBT”).

**( 18 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	128.110	131.104
Programa de integração social - PIS	5.590	7.263
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	25.746	34.788
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	30.855	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	11.222	-
Outros	3.566	3.907
<b>Total</b>	<b><u>205.089</u></b>	<b><u>177.062</u></b>

**Notas Explicativas****( 19 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/03/2016		31/12/2015	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	31.180	15.547	28.829	15.698
<b>Cíveis</b>	39.044	37.609	37.295	36.614
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda	132.482	142.229	129.907	139.577
Outras	7.209	5.703	14	5.465
	<u>139.691</u>	<u>147.932</u>	<u>129.921</u>	<u>145.042</u>
<b>Outros</b>	1.902	-	2.072	-
<b>Total</b>	<u><b>211.817</b></u>	<u><b>201.088</b></u>	<u><b>198.117</b></u>	<u><b>197.354</b></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2016
Trabalhistas	28.829	5.792	(1.471)	(2.998)	1.028	31.180
Cíveis	37.295	4.120	(1.171)	(2.837)	1.637	39.044
Fiscais	129.921	7.041	-	-	2.729	139.691
Outros	2.072	-	-	(200)	31	1.902
<b>Total</b>	<u><b>198.117</b></u>	<u><b>16.953</b></u>	<u><b>(2.642)</b></u>	<u><b>(6.035)</b></u>	<u><b>5.424</b></u>	<u><b>211.817</b></u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

As adições em provisões para riscos fiscais, realizadas no primeiro trimestre de 2016, referem-se, substancialmente, a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras cujos saldos estavam classificados anteriormente em Tributos a Recolher.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

**Perdas possíveis** - A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2016, estavam assim representadas: (i) trabalhistas de R\$ 67.956 (R\$ 78.361 em 31 de dezembro de 2015) representadas basicamente por acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros, (ii) cíveis de R\$ 65.096 (R\$ 65.424 em 31 de dezembro de 2015), representadas basicamente por danos pessoais e majoração tarifária, (iii) fiscais de R\$ 333.608 (R\$ 321.305 em 31 de dezembro 2015), representadas basicamente por INSS, ICMS, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social e (iv) questões regulatórias de R\$ 426 (R\$ 1.263 em 31 de dezembro 2015).

## Notas Explicativas

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão do STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"). Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

### ( 20 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	11.253	7.040	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	60.656	65.614	1.289	2.101
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.972	7.890	9.513	10.815
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	901	853	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	450	427	-	-
Fundo de reversão	-	-	13.987	13.987
Adiantamentos	452	343	230	247
Juros sobre empréstimo compulsório	685	685	-	-
Folha de pagamento	2.616	2.688	-	-
Participação nos lucros	6.784	4.952	289	289
Convênios de arrecadação (nota 11)	11.341	25.308	-	-
Outros	1.804	1.739	-	-
<b>Total</b>	<b>107.913</b>	<b>117.539</b>	<b>25.308</b>	<b>27.440</b>

### ( 21 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim distribuído:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00
<b>Total</b>	<b>29.564.002.609</b>	<b>23.532.767.571</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>100,00</b>

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

## Notas Explicativas

### ( 22 ) LUCRO POR AÇÃO

#### 22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	68.383	48.545
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	29.564.003	29.548.491
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	23.532.768	23.532.768
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$</b>	<b>1,23</b>	<b>0,88</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$</b>	<b>1,36</b>	<b>0,96</b>

Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

### ( 23 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	1.563.461	1.525.444	1.042	1.122	779.111	568.198
Industrial	6.508	6.653	463	536	291.816	242.438
Comercial	80.450	80.539	569	596	378.456	278.224
Rural	7.065	6.930	26	28	12.349	8.756
Poderes públicos	8.223	8.202	56	60	35.532	26.973
Iluminação pública	2.012	1.907	80	79	33.540	23.573
Serviço público	1.141	1.114	75	74	41.907	28.202
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	-	(6.088)
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>1.668.860</b>	<b>1.630.789</b>	<b>2.311</b>	<b>2.495</b>	<b>1.572.711</b>	<b>1.170.275</b>
Consumo próprio	132	131	1	1	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	12.231	28.896
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(593.983)	(371.632)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.668.992</b>	<b>1.630.920</b>	<b>2.312</b>	<b>2.496</b>	<b>990.960</b>	<b>827.540</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	30	30	4.925	3.550
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(565)	-
Energia elétrica de curto prazo	-	-	128	(6)	35.083	(2.886)
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			<b>158</b>	<b>24</b>	<b>39.443</b>	<b>665</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	594.547	371.632
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	108.909	104.900
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	-	(2.270)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	29.576	45.972
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	-	-	(238.747)	163.001
Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários	-	-	-	-	25.582	21.620
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	17.216	15.523
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>537.083</b>	<b>720.378</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>1.567.486</b>	<b>1.548.582</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS	-	-	-	-	(327.165)	(248.214)
PIS	-	-	-	-	(25.684)	(24.257)
COFINS	-	-	-	-	(118.301)	(111.728)
ISS	-	-	-	-	(20)	(18)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	-	-	(217.277)	(109.154)
Programa de P & D e eficiência energética	-	-	-	-	(7.537)	(9.519)
PROINFA	-	-	-	-	(7.093)	(8.743)
Bandeiras tarifárias e outros	-	-	-	-	(80.224)	(38.001)
Outros	-	-	-	-	(960)	(1.090)
					<b>(784.260)</b>	<b>(550.724)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>783.226</b>	<b>997.858</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

#### 23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

#### 23.2 - Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”)

## Notas Explicativas

Em 20 de outubro de 2015, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) de 2015 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 56,29%, sendo 40,14% relativos ao reajuste econômico e 16,15% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2014). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 21,11% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado à Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”) ocorrida em março de 2015. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2016.

A ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 40,49% no grupo A, 21,47% no grupo B, total de 29,78% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 22 de outubro de 2015.

Em 23 de outubro de 2014, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.810, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 23 de outubro de 2014, na média, em 19,73%, sendo 15,81% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,92% relativos aos componentes financeiros pertinentes. A percepção do consumidor, em média, é de 22,43% de aumento nas tarifas. Adicionalmente a ANEEL através do despacho nº 4.073 de 7 de outubro de 2014, alterou o índice de reajuste tarifário de 2013 de 7,42% para 7,58%, em atendimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia. O efeito financeiro está contemplado no presente reajuste de 2014.

### 23.3 – Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No primeiro trimestre de 2016, foi registrada receita de R\$ 25.582 (R\$ 21.620 no primeiro trimestre de 2014), sendo R\$ 3.372 (R\$ 1.857 no primeiro trimestre de 2015) referentes à subvenção baixa renda e R\$ 22.210 (R\$ 19.763 no primeiro trimestre de 2015) referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida na rubrica contas a receber – Aporte CDE (nota 11) e contas a pagar - descontos tarifários – CDE (nota 20).

### 23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da Resolução Normativa (“REN”) nº 547/2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Tal mecanismo pode refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais custosas, tendo acréscimo na tarifa de R\$ 1,50 e R\$ 3,00 e R\$ 4,50, (antes dos efeitos tributários), respectivamente, para cada 100 KWh consumidos, reajustados por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.016/2016 a partir de 1º de fevereiro de 2016.

No primeiro trimestre de 2016 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 80.224 (R\$ 38.001 no primeiro trimestre de 2015) registrados na rubrica “Bandeiras tarifárias e outros”. No primeiro trimestre de 2016, foram homologados pela ANEEL, R\$ 128.647 referente aos meses de novembro e dezembro de 2015 e janeiro e fevereiro de 2016, que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8), R\$ 2.641 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE, e R\$ 17.065 continuam em aberto registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

## Notas Explicativas

### 23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias (“REH”) nº 2018, de 02 de fevereiro de 2016 e nº 1.857 de 27 de fevereiro de 2015 estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória nº 1.863, de 31 de março de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE por um período médio de cinco anos a partir do processo tarifário ordinário (RTA) de 2015.

### ( 24 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	571	569	123.975	136.196
Energia de curto prazo	2	211	(20.055)	88.665
PROINFA	52	55	23.395	14.192
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	2.227	2.033	361.358	472.827
Crédito de PIS e COFINS			(45.202)	(65.849)
<b>Subtotal</b>	<b>2.852</b>	<b>2.867</b>	<b>443.470</b>	<b>646.031</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica			42.714	49.401
Encargos de transporte de itaipu			2.833	3.586
Encargos de conexão			3.348	3.125
Encargos de uso do sistema de distribuição			3.595	3.116
Encargos de serviço do sistema - ESS			27.335	38.049
Encargos de energia de reserva - EER			6.689	-
Crédito de PIS e COFINS			(8.003)	(8.998)
<b>Subtotal</b>			<b>78.511</b>	<b>88.278</b>
<b>Total</b>			<b>521.982</b>	<b>734.310</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

### ( 25 ) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesa operacional				Total	
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	Gerais e administrativas		Outros		1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
							1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015		
Pessoal	21.820	19.804	-	-	5.180	4.816	7.907	7.715	-	-	34.906	32.335
Entidade de previdência privada	664	2.672	-	-	-	-	-	-	-	-	664	2.672
Material	3.217	2.905	39	55	97	88	459	242	-	-	3.812	3.190
Serviços de terceiros	6.873	3.966	85	82	9.476	8.277	10.904	10.815	-	-	27.237	23.140
Amortização	18.416	17.195	-	-	128	1.998	4.328	3.764	-	-	22.872	22.956
Custos com construção da infraestrutura	-	-	29.576	45.972	-	-	-	-	-	-	29.576	45.972
Outros	1.466	1.268	(1)	(1)	17.382	9.205	11.007	2.944	2.039	2.736	31.893	16.153
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.169	3.180	-	-	-	-	3.169	3.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	14.110	5.538	-	-	-	-	14.110	5.538
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.020	879	-	-	1.020	879
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	295	500	-	-	295	500
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	8.807	2.374	-	-	8.807	2.374
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	411	-	114	-	-	-	525
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.041	2.742	2.041	2.742
Outros	1.466	1.268	-	-	103	77	884	(924)	(2)	(5)	2.452	416
<b>Total</b>	<b>52.457</b>	<b>47.710</b>	<b>29.699</b>	<b>46.108</b>	<b>32.262</b>	<b>24.383</b>	<b>34.504</b>	<b>25.479</b>	<b>2.039</b>	<b>2.736</b>	<b>150.960</b>	<b>146.417</b>



**Notas Explicativas****( 26 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>1º Trimestre 2016</u>	<u>1º Trimestre 2015</u>
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	9.940	7.747
Acréscimos e multas moratórias	14.037	8.582
Atualização de créditos fiscais	80	97
Atualização de depósitos judiciais	3.761	3.462
Atualizações monetárias e cambiais	4.132	1.529
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	20.807	10.775
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	443	230
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 8)	11.067	6.032
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.537)	-
Outros	2.405	2.109
<b>Total</b>	<b>63.136</b>	<b>40.563</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(27.806)	(28.547)
Atualizações monetárias e cambiais	(30.256)	(47.611)
(-) Juros capitalizados	253	697
Outros	(5.437)	(4.406)
<b>Total</b>	<b>(63.246)</b>	<b>(79.867)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(110)</b>	<b>(39.305)</b>

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. (7,5% a.a. em 31 de março de 2015) sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

No primeiro trimestre de 2016, a rubrica de despesas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 102.903 (ganho líquido de R\$ 132.897 no primeiro trimestre de 2015) (nota 29).

**( 27 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações.

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

## Notas Explicativas

### As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos.
- b) **Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos** - Correspondem às captações de recursos junto a instituições financeiras, conforme condições descritas nas notas 14 e 15.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. O saldo registrado no passivo compreende basicamente direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- d) **Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- e) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo poder concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 16).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia renegociou para pagamento em julho de 2016, o vencimento de faturas de compra de energia com as entidades sob o controle comum Enercan (R\$ 8.652), Ceran (R\$ 4.105) e Chapecoense (R\$ 9.398), cujos vencimentos originais eram de janeiro de 2016.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 501 (R\$ 618 no primeiro trimestre de 2015). Este valor é composto por R\$ 490 (R\$ 608 no primeiro trimestre de 2015) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 11 (R\$ 10 no primeiro trimestre de 2015) de benefícios pós-emprego, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa, são como seguem:**

## Notas Explicativas

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	1º trimestre de 2016	1º trimestre de 2015	1º trimestre de 2016	1º trimestre de 2015
<b>Saldo bancário e aplicação financeira</b>								
Banco do Brasil S.A.	247	1.414	-	-	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A. (**)	104.132	357.631	-	-	5.162	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)</b>								
Banco do Brasil S.A.	-	-	328.023	307.102	-	-	14.043	20.208
Banco BNP Paribas Brasil S.A. (**)	41.572	42.884	-	-	-	-	11.464	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
Banco do Brasil S.A.	-	-	299	316	17	-	273	282
Banco Bradesco S.A. (**)	30	1.227	-	-	-	-	561	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo (**)	-	-	-	-	-	-	187	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	1	1	-	-	2	2	-	1
H M 14 Empreendimento Imobiliário SPE LTDA	-	14	-	-	-	-	-	-
TOTVS S.A.	-	-	1	1	-	-	2	2
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	7	7	-	-	63	99
Alliança Geração de Energia S.A.	-	-	295	278	-	-	2.644	-
Anizona 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	218	200
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	5	4
Caetité 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	201	183
Caetité 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	203	185
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	243	221
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	206	189
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	243	221
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	225	205
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	239	218
Cia. Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	507	517	-	-	4.606	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	3	3
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	154	149
Rio PCH I S.A.	-	-	54	51	-	-	484	405
SE Narandiba S.A.	-	-	-	-	-	-	8	11
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	122	119	-	-	1.107	891

(\*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

(\*\*) Parte relacionada a partir de 31.12.2015

### Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	1º trimestre de 2016	1º trimestre de 2015	1º trimestre de 2016	1º trimestre de 2015
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	77	54	29	29	-	-	(220)	(182)
Companhia Paulista de Força e Luz	625	425	940	700	-	-	333	274
Companhia Luz e Força Santa Cruz	26	18	-	6	-	-	(78)	(66)
Companhia Leste Paulista de Energia	7	5	1	1	-	-	(22)	(19)
Companhia Sul Paulista de Energia	10	15	1	1	-	-	(30)	(25)
Companhia Jaguari de Energia	20	17	14	10	-	-	7	9
Companhia Luz e Força de Mococa	5	3	0	9	-	-	(15)	(13)
Rio Grande Energia S.A.	171	121	7	23	-	-	(494)	(377)
CPFL Geração de Energia S.A.	91	50	19	37	-	-	(185)	(122)
CPFL Energia S.A.	72	25	-	-	-	-	(223)	(188)
CPFL Renováveis - Consolidado	11	11	-	-	-	-	-	(3)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	105	152	-	-	-	-	(86)	(72)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	4	(4)	(4)	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	30	-	10	16	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	(7)	(10)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	3	7	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	5	25	-	34	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	185	183
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	20
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	174	98	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
<b>Dividendo/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	199.323	199.323	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	13	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	54	-	-	-	20	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	42	-	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	97	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	31	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	35	-	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	21	21	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	4.252	23.779	777	1.991	-	-	3.590	1.899
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	626	644	-	-	1.987	1.860
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	93	615	-	-	1.550	1.899
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	12	84	-	-	129	248
CPFL Telecom S.A.	11	13	-	-	-	-	-	20
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	733	-	-	1.892	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	14	14	1.226	1.176	-	-	3.593	3.115
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	5.169	15.818	-	-	15.157	13.834
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	8	8
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	3.638	8.419	-	-	10.959	20.201
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	1	-	-	(1)	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	105	98	-	-	234	198
Campos Novos Energia S.A.	-	-	26.697	32.574	-	-	26.986	21.311
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	8.560	12.081	-	-	12.420	11.003
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	20.554	28.678	-	-	30.599	27.239
CPFL Renováveis - Consolidado	14	40	1.552	1.416	-	-	3.707	2.912
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	8	-

## Notas Explicativas

### ( 28 ) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### ( 29 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/03/2016		31/12/2015	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	429.732	429.732	476.965	476.965
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	79.991	79.991	99.451	99.451
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	327.472	327.472	396.748	396.748
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	824.268	824.268	784.893	784.893
					<b>1.661.463</b>	<b>1.661.463</b>	<b>1.758.057</b>	<b>1.758.057</b>
<b>Passivo</b>								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (***)	380.212	329.957	380.757	325.513
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	1.247.016	1.247.016	1.328.664	1.328.664
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	352.700	346.527	365.789	359.416
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	2.009	2.009	4.041	4.041
					<b>1.981.937</b>	<b>1.925.509</b>	<b>2.079.250</b>	<b>2.017.634</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 17.463 no 1º trimestre de 2016 (ganho de R\$ 4.772 no 1º trimestre de 2015)

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Empréstimos e recebíveis	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Mantidos até o vencimento	

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - aporte CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, e (v) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) convênios de arrecadação, (vii) descontos tarifários – CDE, (viii) passivo financeiro setorial e (ix) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados

## Notas Explicativas

dos preços);

- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do primeiro trimestre de 2016 é de R\$ 16.262 (ganho de R\$ 10.775 no primeiro trimestre de 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2016, a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos					
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:</b>								
<b>Hedge variação cambial:</b>								
Scotia Bank	48.387	-	48.387	48.479	(92)	dólar	07/2016	64.000
Santander	58.989	-	58.989	59.470	(481)	dólar	07/2016	100.000
Citibank	57.369	-	57.369	62.428	(5.058)	dólar	03/2019	117.250
HSBC	32.243	-	32.243	33.998	(1.755)	dólar	04/2018	55.138
J.P. Morgan	32.272	-	32.272	34.001	(1.729)	dólar	04/2018	55.138
Citibank	45.971	-	45.971	52.802	(6.831)	dólar	01/2020	169.838
BNP Paribas	41.572	-	41.572	45.028	(3.455)	dólar	01/2018	175.714
Bank of America Merrill Lynch	4.048	-	4.048	4.227	(180)	dólar	07/2016	40.000
Bank of America Merrill Lynch	4.268	-	4.268	4.640	(372)	dólar	08/2016	84.250
Scotia Bank	2.354	-	2.354	3.280	(926)	dólar	08/2017	55.440
<b>Subtotal</b>	<b>327.473</b>	<b>-</b>	<b>327.473</b>	<b>348.353</b>	<b>(20.880)</b>			
<b>Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:</b>								
<b>Hedge variação de taxa de juros (1)</b>								
J.P. Morgan	-	(589)	(589)	(65)	(524)	CDI	07/2019	110.000
Votorantim	-	(823)	(823)	(42)	(781)	CDI	02/2021	135.000
Santander	-	(597)	(597)	(31)	(567)	CDI	02/2021	100.000
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>(2.009)</b>	<b>(2.009)</b>	<b>(138)</b>	<b>(1.871)</b>			
	<b>327.473</b>	<b>(2.009)</b>	<b>325.464</b>	<b>348.215</b>	<b>(22.751)</b>			
Circulante	115.691	-						
Não circulante	211.781	(2.009)						
<b>Total</b>	<b>327.473</b>	<b>(2.009)</b>						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14 e 15.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nominal reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

## Notas Explicativas

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Varição de taxas de juros	(57)	(70)
Varição cambial	(119.524)	143.888
Marcação a mercado	16.678	(10.920)
	<b>(102.903)</b>	<b>132.897</b>

### c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI e TJLP), conforme demonstrado:

#### c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação / Depreciação cambial de 25% (c)	Apreciação / Depreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.021.703)		(103.982)	177.439	458.861
Derivativos - swap plain vanilla	1.055.625		107.434	(183.331)	(474.096)
	33.922	baixa dolar	3.452	(5.891)	(15.235)
Instrumentos financeiros passivos	(225.735)		(26.288)	(89.294)	(152.300)
Derivativos - swap plain vanilla	223.766		26.059	88.515	150.971
	(1.969)	alta euro	(229)	(779)	(1.329)
<b>Total</b>	<b>31.953</b>		<b>3.223</b>	<b>(6.670)</b>	<b>(16.564)</b>

(a) A taxa de câmbio considerada em 31/03/2016 foi de R\$ 3,56 para o dólar e R\$ 4,05 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 3,92 e R\$ 4,53, e a depreciação cambial de 10,18% e 11,65% do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e portanto o câmbio local é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. Em função da exposição cambial líquida do euro ser um passivo, o risco é alta do euro, e o câmbio local é depreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

#### c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base permaneçam estáveis (CDI 13,72% a.a., TJLP 6,72% a.a., IPCA 9,39% a.a. e SELIC 13,86% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 27.183 (despesa com CDI R\$ 117.498 e TJLP R\$ 10.888 e receita com IPCA R\$ 77.399 e SELIC R\$ 23.803). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

## Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I (a)	Elevação de índice em 25% (b)	Elevação de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	511.371		716	18.435	36.154
Instrumentos financeiros passivos	(413.839)		(579)	(14.919)	(29.258)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(953.928)		(1.335)	(34.389)	(67.443)
	<b>(856.396)</b>	alta CDI	<b>(1.199)</b>	<b>(30.873)</b>	<b>(60.547)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(162.018)	alta TJLP	(1.264)	(4.302)	(7.339)
Ativo financeiro da concessão	824.268	baixa IPCA	(19.700)	(5.275)	9.149
Ativos e passivos financeiros setoriais	171.713	baixa SELIC	(5)	5.945	11.894
<b>Total</b>	<b>(22.433)</b>		<b>(22.168)</b>	<b>(34.505)</b>	<b>(46.843)</b>

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 13,86%, 7,5%, 7%, 13,86% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

### ( 30 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro trimestre de 2016, um valor de R\$ 253 (R\$ 697 no primeiro trimestre de 2014) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

### ( 31 ) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

#### 31.1 - Aumento de Capital

(i) Através da AGO/E de 28 de abril de 2016, foram aprovados os seguintes aumentos de aumento do capital social da Companhia: (i) R\$ 6.226, referente à capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2015, (ii) R\$ 6.220 referente a realização total da reserva legal e (iii) R\$ 44.535 referente a realização total da reserva de doações e subvenções para investimento.

#### 31.2 – Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 38.879, atribuindo-se para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,701154796 e R\$ 0,771270275 para cada lote de mil ações preferenciais e (ii) dividendo adicional proposto de R\$ 68.324, atribuindo-se para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 1,232173897 e R\$ 1,355391287 para cada lote de mil ações preferenciais.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Piratininga de Força e Luz

Revisão das Informações Trimestrais - ITR do Primeiro Trimestre de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz

("CPFL Piratininga" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 29 de abril de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Marcelo Magalhães Fernandes

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 203310/O-6

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.